

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de janeiro de 2024 às 08h01
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Direitos Autorais

Artistas britânicos e americanos se unem para processar ferramentas de IA que "roubaram" suas obras de arte 3
MUNDO

Propriedade Intelectual

Os problemas legais da Shein, a gigante chinesa da moda que avança no Brasil 4
MUNDO | BBC NEWS

Folha.com | BR

20 de janeiro de 2024 | Direitos Autorais

Podcast feito com IA copia conteúdo jornalístico sem dar crédito e circula no Spotify 7
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | PEDRO S. TEIXEIRA

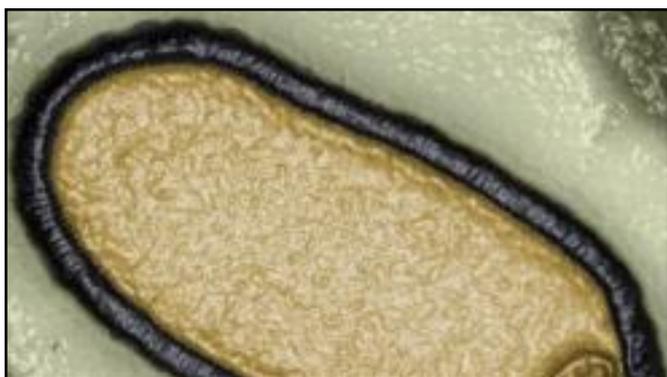
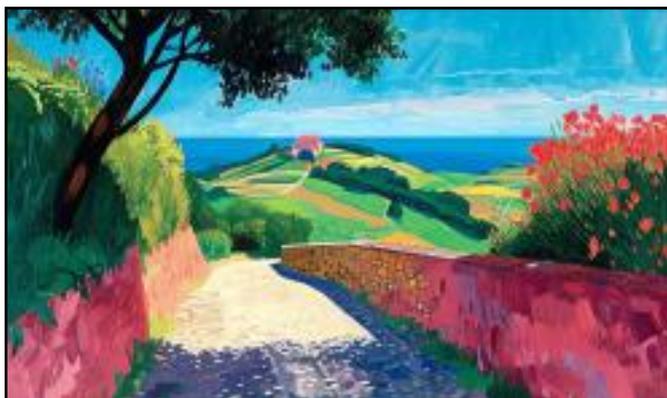
CNN Brasil Online | BR

22 de janeiro de 2024 | Patentes

Governo federal lança nova política industrial nesta segunda (22); entenda 9
AUTOR

Artistas britânicos e americanos se unem para processar ferramentas de IA que "roubaram" suas obras de arte

MUNDO



Entenda por que vírus antigos adormecidos no Ártico podem desencadear uma nova pandemia. "Perigo é real", dizem cientistas Entenda por que vírus antigos adormecidos no Ártico podem desencadear uma nova pandemia. "Perigo é real", dizem cientistas

Uma ilustração criada no Midjourney inspirada na obra *A Year in Normandy*, da David Hockney - Foto: Ilustração: micwhit/Midjourney Desde o surgimento do Midjourney e de outras ferramentas geradoras de imagens, os artistas têm se perguntado se a IA é uma grande oportunidade ou uma ameaça existencial. Agora, parte deles chegou à resposta: 16 mil artistas assinam uma lista exigindo o pagamento de **direitos** autorais por imagens suas que o sistema de IA teria usado sem permissão. A lista inclui nomes famosos nas Artes Plásticas como Bridget Riley, Damien Hirst, Rachel Whiteread, Tracey Emin, David Hockney e Anish Kapoor

Para conseguir Justiça, eles se juntaram a um grupo de artistas norte-americanos que estavam estudando uma ação desse tipo. "O que precisamos de fazer é nos unir", disse Tim Flach, fotógrafo de renome internacional, cujo nome consta da lista. "Essa manifestação é um grande catalisador para que os artistas se unam e desafiem esse roubo de nosso trabalho artístico. Eu pessoalmente estou disposto a fazer isso."

Um trabalho produzido pelo Midjourney com base em um dos crânios criados por Damien Hirst - Foto: Ilustração: micwhit/Midjourney A lista de nomes de 24 páginas constitui a Prova J em uma ação coletiva movida por 10 artistas americanos contra as empresas Midjourney, Stability AI, Runway AI e DeviantArt. Matthew Butterick, um dos advogados que representa os artistas, disse: "Fomos procurados por artistas de todo o mundo, incluindo o Reino Unido".

As empresas de tecnologia têm até 8 de fevereiro para responder à ação. O Midjourney não respondeu aos pedidos de comentários.

"Embora [os] réus gostem de descrever seus produtos de imagem de IA em termos elevados, a realidade é mais suja e desagradável: os produtos de imagem de IA são dispositivos de lavagem de **direitos** autorais, prometendo aos clientes os benefícios da arte sem os custos dos artistas", diz a ação.

Os problemas legais da Shein, a gigante chinesa da moda que avança no Brasil

MUNDO



A Shein organiza desfiles de moda para promover suas vendas online - Foto: via BBC marca chinesa Shein faz sucesso no Brasil e no mundo pelos seus preços extremamente baixos e pela grande variedade de ofertas. Mas a sua ascensão no mercado de fast fashion não é isenta de problemas.

No Japão e nos Estados Unidos, a empresa de vestuário online enfrenta problemas jurídicos devido a reclamações dos seus concorrentes, ao mesmo tempo em que na China o governo está investigando a marca.

A sua expansão colocou a Shein no centro do furacão no momento em que a empresa busca entrar no mercado de ações.

A loja de roupas japonesa Uniqlo está processando a marca por supostamente copiar uma de suas bolsas, apelidada de 'Mary Poppins'.

O processo exige que Shein pare de vender seu produto, que, segundo a Uniqlo, é muito parecido com sua mini bolsa de ombro. É uma cópia "inferior e ilegal", alegou a Uniqlo.

A bolsa Uniqlo ficou famosa nas redes sociais por ser compacta e, ao mesmo tempo, muito espaçosa. Por isso o apelido 'Mary Poppins': no filme estrelado por Julie Andrews, a babá tira centenas de objetos de sua

bolsa mágica.

A Shein, fundada na China, mas com sede em Singapura, não comentou o processo até o momento. Já a Uniqlo afirmou nesta quinta-feira (18/1) que está buscando uma indenização de perto de US\$ 1,1 milhão (R\$ 5,4 milhões) pelo que considera uma violação da sua propriedade intelectual.

A guerra legal contra seu rival nos EUA A Shein é uma das gigantes que vendem roupas baratas online - Foto: via BBC A loja Temu também é uma plataforma de compras online em rápido crescimento. Enquanto a Shein detém a maior participação no mercado de fast fashion dos Estados Unidos, a empresa chinesa Temu se tornou o aplicativo mais baixado do país no ano passado.

Em poucos meses, a Temu deixou sua marca nos Estados Unidos e seu negócio cresceu rapidamente.

No Brasil, a plataforma de vendas online ainda não é tão conhecida, mas já tem um aplicativo disponível para download desde a metade do ano passado e tinha previsão de iniciar suas entregas até o final de 2023.

Seu modelo de negócio se aproxima de nomes como Amazon e Shopee, em que as estratégias incluem a comercialização direto da fábrica, com preços mais baixos que a concorrência.

A marca rivalizou diretamente com a Shein nos EUA, e os dois gigantes agora travam uma batalha judicial.

A Shein processou a Temu alegando que a empresa contratou influenciadores digitais para fazer comentários desfavoráveis contra sua marca nas redes

Continuação: Os problemas legais da Shein, a gigante chinesa da moda que avança no Brasil

sociais.

Já a Temu denunciou sua rival perante o sistema de Justiça dos EUA por suposto roubo de **propriedade** intelectual e por violar a lei antitruste do país ao impedir que seus fornecedores trabalhassem com a concorrente.

A Temu alegou que a Shein usou supostas "táticas de intimidação ao estilo da máfia" para forçar seus fornecedores a romperem relações com a empresa.

A loja de roupas classificou o processo como "sem mérito" e prometeu uma contraofensiva legal. "Acreditamos que este processo não tem mérito e nos defenderemos vigorosamente", disse a marca.

Investigação na China A empresa abriu algumas lojas. Os clientes costumam esperar em longas filas para entrar - Foto: via BBC Ao mesmo tempo, o governo chinês está conduzindo uma revisão das práticas de manipulação e compartilhamento de dados da empresa, de acordo com o jornal The Wall Street Journal.

O órgão regulador da internet chinesa está estudando como a Shein trata as informações de seus parceiros, fornecedores e trabalhadores na China e se a empresa tem capacidade para proteger esses dados, segundo o jornal ouviu de fontes próximas do assunto.

O governo também estaria interessado no tipo de dados coletados na China que a empresa divulgará aos reguladores nos Estados Unidos, já que Shein pretende abrir seu capital no país. A marca não comentou o assunto.

Expansão da Shein na América Latina A Shein fabrica roupas no Brasil e planeja abrir uma loja no México - Foto: via BBC A gigante da moda começou a

fabricar roupas no Brasil em 2022 e agora planeja enviar produtos de sua fábrica brasileira para outros mercados latino-americanos.

A diretora de produção brasileira, Fabiana Magalhães, comentou que "a ideia é que até 2026 o Brasil esteja pronto para abastecer a América Latina".

A empresa possui uma rede de armazéns em todo o mundo, incluindo centros de distribuição no Brasil e no México.

Considerado um país-chave na sua estratégia de expansão pela América Latina, a Shein pretende que o México entre no seu esquema de "mercados integrados", oferecendo produtos de vendedores externos juntamente com os seus próprios produtos.

Marcelo Claure, presidente da Shein para a América Latina, disse no ano passado que o país poderia até se tornar não apenas um fornecedor para a América Central, mas também potencialmente assumir o mercado dos Estados Unidos.

A presença crescente da Shein na América Latina ocorre no momento em que a empresa enfrenta oposição de alguns legisladores nos Estados Unidos que defendem a eliminação de uma isenção tarifária usada por empresas de comércio eletrônico que enviam produtos de baixo custo da China diretamente aos compradores, segundo a agência de notícias Reuters.

Uma ideia semelhante foi colocada em debate pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, para controlar o que descreveu como "concorrência desleal" entre empresas chinesas e produtores locais.

O tema voltou a ser discutido no governo Lula, que propôs aumentar o imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 feitas em plataformas digitais. Mas o Ministério da Fazenda ainda não tomou uma decisão final sobre o tema e o tributo segue zerado.

Continuação: Os problemas legais da Shein, a gigante chinesa da moda que avança no Brasil

Duras críticas A empresa é criticada pelo impacto ambiental, por suposto roubo de **propriedade** intelectual e por trabalhar com fornecedores que não respeitam as leis trabalhistas - Foto: via BBC A Shein, muito popular entre os jovens, tem sido criticada pelo seu modelo de negócio fast fashion baseado na produção de um grande volume de peças de vestuário, com muita rotatividade e a preços muito baixos, o que gera um forte impacto ambiental.

As críticas mais duras vêm de investigações jornalísticas que acusam a marca de trabalhar com fornecedores que violam as leis trabalhistas.

A empresa se defende dizendo que tem realizado "auditorias internas periódicas" e que opera um código de conduta "estrito" que cumpre a lei. "Quando são detectadas violações, tomamos medidas adicionais, que podem incluir a rescisão", afirmou a Shein.

Sobre os direitos de propriedade intelectual, a marca tem sido criticado por supostamente copiar o trabalho de designers pouco conhecidos, algo que a

Shein nega.

Um executivo sênior da Shein disse à BBC no final de 2021 que eles têm uma equipe que analisa os novos designs oferecidos por seus fornecedores antes de serem oferecidos em seu site, para tentar filtrar possíveis imitações.

Desde o seu lançamento em 2008, a empresa, fundada pelo empresário chinês Chris Xu, tornou-se um dos maiores mercados de moda online do mundo.

Em 2022, o seu valor de mercado foi estimado em cerca de US\$ 100 bilhões, embora essa estimativa tenha caído significativamente durante uma ronda de angariação de fundos no ano passado, segundo a Reuters.

Podcast feito com IA copia conteúdo jornalístico sem dar crédito e circula no Spotify

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



O podcast "The AI Report" circula na plataforma Spotify desde outubro de 2023, com vozes e roteiro gerados por inteligência artificial. A apresentação é feita por "repórteres de IA".

Em relatório divulgado nesta sexta-feira (19), a NewsGuard, empresa que monitora a disseminação de conteúdo sintético na **internet**, afirma que o programa usa IA generativa similar ao ChatGPT para copiar conteúdo jornalístico sem dar crédito.

Em episódio publicado no último dia 29, por exemplo, o apresentador virtual do podcast, Artie Intel, reproduz, palavra por palavra, um trecho de artigo da revista Business Insider sobre como robôs humanoides começaram a entrar na força de trabalho.

O "repórter de IA" não dá crédito à fonte original da notícia nem explica como apurou a informação.

Cenas similares se repetem ao longo do programa na voz da outra apresentadora, chamada Micheline Learning - uma provável referência ao termo "machine learning" (aprendizado de máquina, em inglês).

Último episódio de podcast sobre inteligência artificial feito com IA fala de casas inteligentes

- Reprodução

Contatado por email e telefone, o Spotify afirmou que não conseguiria responder à Folha nesta sexta (19).

Procurada por email e mensagens nas redes sociais, a produtora responsável pelo programa, The Podcast Playground, não respondeu sobre o motivo de não indicar a fonte das informações nos episódios, tampouco detalhou como funciona o processo de produção de "The AI Report".

Artigos noticiosos são parte do material disponível na **internet** usado para treinar grandes modelos de inteligência artificial, como o ChatGPT. Por isso, há chances de que trechos de matérias jornalísticas sejam reproduzidos sem informar quem apurou a informação.

O podcast "The AI Report" também não cita que é feito com inteligência artificial no transcrito do áudio, apenas informa na descrição do programa. Ou seja, a partir do algoritmo de indicação de conteúdo do Spotify, um ouvinte pode dar play no programa sem saber dessa informação.

Em pouco menos de três meses, o programa publicou 35 episódios, cuja duração que varia entre 3 e 15 minutos.

O programa diz ter patrocínio de uma distribuidora de produtos orgânicos alemã e recebe remuneração

Continuação: Podcast feito com IA copia conteúdo jornalístico sem dar crédito e circula no Spotify

pelo número de reproduções - assim como qualquer podcast no catálogo do Spotify.

A plataforma de streaming não cita cuidados especiais com conteúdos feitos com inteligência artificial em seus termos de uso, nem em sua política de **direitos** autorais. Outras plataformas, como o TikTok, já exigem a identificação de vídeos e áudios produzidos ou alterados com IA.

com "entulho sintético", como dizem especialistas.

O site especializado 404 Media mostrou em matéria desta quinta (18) que o Google News já impulsiona artigos produzidos por IA com material copiado e sem crédito.

Ao veículo, o Google disse que, embora tente eliminar spam de sua plataforma de notícias, não dá atenção especial ao fato de o texto ser produzido por humanos.

A Newsguard mantém um monitoramento contínuo de sites que divulgam conteúdo desinformativo ou que copiam matérias de outros veículos. A empresa já encontrou 651 endereços que enchem a **internet**

Governo federal lança nova política industrial nesta segunda (22); entenda



O governo federal lança nesta segunda-feira (22) a Nova Indústria Brasil, uma política industrial para pôr em prática até 2033. O anúncio está previsto para acontecer após o plano de ação ser aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que se reúne às 11h, no Palácio do Planalto.

A previsão é que, durante a reunião, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB) faça um gesto simbólico e entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o documento com as diretrizes da nova política para o período entre 2024 e 2026.

Logo após o encontro, integrantes do governo darão uma entrevista coletiva para apresentar esclarecimentos sobre a iniciativa.

Os detalhes do plano de ação foram antecipados pela analista da CNN Thais Arbex no sábado (20).

O projeto retoma o papel do poder público como indutor do desenvolvimento da indústria, com o uso de linhas de crédito, subsídios e requisitos de conteúdo local para fomentar empresas nacionais.

Segundo o governo federal, membros do CNDI participaram da criação do projeto durante o segundo semestre de 2023. O conselho foi criado

especificamente para a produção de uma nova política industrial e é comandado por Geraldo Alckmin.

Representantes de 20 ministérios, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da sociedade civil, do setor produtivo e dos trabalhadores participam do conselho.

O plano, que estabelece uma série de metas até 2033 para a "neointustrialização" do país, será apresentado como um programa com o objetivo "reverter o processo de desindustrialização precoce e severa que acomete o país há décadas", conforme documento ao qual a CNN teve acesso. O programa foi noticiado inicialmente pelo jornal "Folha de S. Paulo".

Ele está dividido em seis "missões", termo difundido pela economista ítalo-britânica Mariana Mazzucato, professora da University College London (UCL) e com forte ascendência no debate sobre políticas industriais.

A expressão já vinha sendo usada pelo CNDI, que publicará uma resolução nesta segunda-feira com as diretrizes do programa e suas metas.

"Por meio da neointustrialização, busca-se a retomada do parque industrial em novas bases contemporâneas: sustentáveis, digitais, inclusivas, lideradas por **inovações** tecnológicas e vocacionada para o comércio exterior", afirma o documento.

As seis missões são:

Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração

Continuação: Governo federal lança nova política industrial nesta segunda (22); entenda

produtiva e o bem-estar nas cidades; Transformação Digital da indústria para ampliar a produtividade; Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética para garantir os recursos para as gerações futuras; Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais. Há um roteiro de iniciativas para cada uma das missões, que contemplam medidas como linhas de financiamento, redução do tempo de análise de pedidos de **patentes**, racionalização de taxas portuárias e de procedimentos aduaneiros, estímulos à inovação e à pesquisa.

A resolução do CNDI define 13 "instrumentos financeiros e não financeiros" para dar suporte ao Nova Indústria Brasil: compras governamentais, empréstimos, subvenções, investimento público, créditos tributários, comércio exterior, **transferência** de tecnologia, propriedade intelectual, infraestrutura da qualidade, participação acionária, regulação, encomendas tecnológicas e requisitos de conteúdo local.

No documento de 83 páginas que apresenta o programa, alguns mecanismos são citados diversas vezes, como o uso das compras governamentais para incentivar setores da indústria e regras de conteúdo local que devem ser aplicadas nas obras no Novo PAC, o plano de infraestrutura do governo.

Uma parte significativa dessas ações chegou a ser usada em governos anteriores do próprio Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), mas foi reduzida ou extinta nas gestões Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), como exigências de maior conteúdo local na Petrobras e margem de preferência para produtos nacionais em licitações públicas.

Esse último ponto, inclusive, esteve no centro das discussões para o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Lula vinha reclamando das dificuldades que o acordo, fechado no governo Bolsonaro (mas jamais assinado), impunha para o uso das compras governamentais como mecanismo de

fomento à indústria nacional.

A resolução do CNDI estabelece "metas aspiracionais para 2033, quantificáveis e embasadas em dados, [que] foram definidas para cada uma das missões e são de responsabilidade de toda a sociedade brasileira".

As metas são as seguintes:

Da missão cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética: aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50% e alcançar 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de pelo menos 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional, garantindo a sustentabilidade ambiental;

Da missão complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde: produzir, no país, 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde;

Da missão infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades: reduzir o tempo de deslocamento de casa para o trabalho em 20%, aumentando em 25 pontos percentuais o adensamento produtivo na cadeia de transporte público sustentável;

Da missão transformação digital da indústria para ampliar a produtividade: transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de novas tecnologias;

Da missão bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energética para garantir os recursos para as futuras gerações: promover a indústria

Continuação: Governo federal lança nova política industrial nesta segunda (22); entenda

verde reduzindo em 30% a emissão de CO2 por valor adicionado do PIB da indústria, ampliando em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes, e aumentando o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em 1% ao ano;

Da missão tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais: obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 7

Propriedade Intelectual

4

Inovação

9

Patentes

9